



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 17/01/2020



Os ‘megaincêndios’ são o novo normal?

Megaincêndios são aqueles que cobrem mais de 400 quilômetros quadrados, acelerados pela combinação de secas e temperaturas altas. Foto: Unsplash/Matt Howard

Os enormes incêndios florestais na Austrália, na Amazônia, na Califórnia, na bacia do Congo e na Indonésia chamaram a atenção do mundo para os riscos de longos períodos de clima excepcionalmente quente e seco — um dos efeitos das mudanças climáticas.

A temperatura média global está agora 1,1°C mais alta do que no início do século passado. Temperaturas mais altas criam, em algumas partes do mundo, condições mais secas, aumentando a probabilidade e a intensidade de incêndios florestais e megaincêndios.

Megaincêndios são tipicamente definidos como aqueles que cobrem mais de 40 mil hectares ou 400 quilômetros quadrados, e são acelerados pela combinação de secas e temperaturas altas. Eles são extremamente difíceis de conter, geralmente limitados apenas pela quantidade de vegetação disponível.

Até o final de 2019, o Brasil, a República Democrática do Congo, a Rússia e os Estados Unidos registraram megaincêndios em escalas sem precedentes.

Em 2019, o Global Forest Watch contabilizou mais de 4,5 milhões de incêndios em todo o mundo que atingiram mais de 1 quilômetro quadrado. São 400 mil incêndios a mais que 2018 e mais de duas vezes o número de incêndios de 2001. Quase todos — 96% dos 500 megaincêndios mais desastrosos da última década — ocorreram durante períodos de clima excepcionalmente quente e/ou seco.

Restam mais de dez semanas para o final da temporada de seca (dezembro a março) na Austrália, e esta temporada de incêndios florestais já está caminhando para ser uma das piores já registradas.

Relatórios do país mostram que mais de 10 milhões de hectares (100 mil quilômetros quadrados, uma área do tamanho da Inglaterra) queimaram na segunda semana de janeiro, provocando mortes humanas e destruindo casas. É provável que 1 bilhão de animais tenha morrido direta ou indiretamente por conta dos incêndios, que provocaram prejuízos para a economia australiana e tiveram impactos nas indústrias da agricultura e do turismo, entre outras.

O aumento da temperatura global foi marcado por sucessivas ondas de calor no verão australiano. A temperatura máxima média em todo o continente ultrapassou 40°C em 11 dias do mês, superando o recorde anterior de sete dias, em 2018. Apenas quatro dias entre 1910 e 2017 tiveram uma média superior a 40°C — dois em 1972 e dois em 2013.

Os fenômenos climáticos de seca e de ondas de calor extremos apenas aumentam o risco de mais incêndios catastróficos na Austrália.

“Os megaincêndios podem muito bem tornar-se o novo normal à medida que as temperaturas globais continuarem subindo”, diz Niklas Hagelberg, Especialista em Mudanças Climáticas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

“Governos, empresas, indústria e a sociedade civil nos países do G20, responsáveis por 78% das emissões de gases de efeito estufa, devem estabelecer metas e prazos para a descarbonização”, diz Hagelberg. “Precisamos abraçar o potencial e as oportunidades de um mundo alimentado por energia renovável, tecnologias de eficiência, sistemas alimentares inteligentes e transportes e edifícios com emissão zero”.

A realidade é que vivemos em um mundo com aquecimento de 1,1°C. Essas temperaturas recordes, ondas de calor e secas não são anômalas, elas são o começo de uma nova norma.

Como serão as coisas daqui a algumas décadas quando atingirmos aquecimento de 1,5°C? Nas comunidades já devastadas, as ameaças permanecem. À medida que a assistência internacional foi urgentemente convocada para a Austrália, um país acostumado a incêndios sazonais, a humanidade parece estar despreparada para enfrentar sua nova realidade.

Dois mil e vinte é o ano em que os governos se reunirão para fazer um balanço e aumentar a ambição de seus compromissos com a ação climática. É o ano em que as emissões globais devem cair 7,6% a cada ano até 2030, a fim de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C.

Esses incêndios ilustram o estado das catástrofes humanitárias, ecológicas e econômicas de um clima em mudança. O aquecimento é um sombrio acerto de contas, não apenas para a Austrália, mas para o mundo inteiro que os assiste.

FONTE: <https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/os-megaincendios-sao-o-novo-normal>



Força do sofrimento perpétuo: como os aborígenes enfrentam a crise dos incêndios florestais

Por Bhiemie Williamson, Jessica Weir e Vanessa Cavanagh

Como você apóia as pessoas para sempre ligadas a uma paisagem depois que um inferno rasga suas terras: dizimando fontes de alimentos nativas, queimando árvores antigas e destruindo plantas e animais ancestrais e totêmicos?

O fato é que a experiência dos povos aborígenes na crise do fogo que envolve grande parte da Austrália é muito diferente dos povos não-indígenas.

Legados coloniais de erradicação, desapropriação, assimilação e racismo continuam a impactar as realidades vividas pelos povos aborígenes. A isto se acrescenta a exclusão generalizada de nossos povos do acesso e do gerenciamento de pátrias tradicionais. Esses fatores agravam o trauma desses incêndios sem precedentes.

À medida que a Austrália recolhe as peças desses incêndios, é mais importante do que nunca entender a experiência única dos povos aborígenes. Somente através desse entendimento é que estratégias eficazes podem ser implementadas para apoiar a recuperação de nossas comunidades.

Luto perpétuo

Os povos aborígenes vivem com um sentimento de sofrimento perpétuo. Ela decorre da questão ainda não resolvida da invasão e subsequente colonização de nossas pátrias.

Embora existam muitos casos de trauma colonial infligido aos povos aborígenes - incluindo a remoção de crianças e a supressão da cultura, cerimônia e idioma - a desapropriação do País continua sendo primordial. A posse de pessoas de suas terras é uma marca registrada da colonização .

As leis australianas mudaram para devolver parcialmente as terras e águas dos povos aborígenes, e os aborígenes fizeram seus melhores esforços para advogar por uma

gestão mais eficaz do país. Mas, apesar disso, a maioria de nossos povos foi transferida para as margens na administração de nossas pátrias.

Os aborígenes assistiram e foram ignorados, pois as pátrias foram mal administradas e negligenciadas .

Oliver Costello é diretor executivo da Firesticks Alliance , uma rede liderada por indígenas que visa revigorar a queima cultural. Como ele coloca:

"Desde a colonização, muitos povos indígenas foram removidos de suas terras e suas práticas culturais de gerenciamento de incêndios foram restringidas pelas autoridades, informadas pelas visões ocidentais sobre o gerenciamento de incêndios e terras".

Dessa maneira, o colonialismo de colonos não é histórico, mas uma experiência vivida. E a crescente realidade das mudanças climáticas aumenta essas ansiedades.

Também é importante reconhecer que nosso povo sofre não apenas por nossas comunidades, mas por nossas relações não humanas. A identidade cultural dos povos aborígenes vem da terra .

Assim, vidas culturais e meios de subsistência aborígenes continuam ligados à terra, incluindo características da paisagem como poços de água, vales e montanhas, além de animais e plantas nativas.

A dizimação causada pelos incêndios afeta profundamente a existência dos povos aborígenes e nas áreas mais atingidas, ameaça os grupos aborígenes como seres culturais distintos ligados à terra. Como escreveu recentemente a editora de assuntos indígenas do The Guardian, Lorena Allam :

"Como você, eu assisti com angústia e horror o fogo destruir a preciosa terra Yuin, levando tudo com ela - vidas, casas, animais, árvores - mas para as pessoas das Primeiras Nações também está queimando nossas memórias, nossos lugares sagrados , todas as coisas que nos fazem quem somos ".

Para os aborígenes, então, que vivem com o trauma da desapropriação e negligência e agora, o trauma do fogo catastrófico, nossa dor é incomensuravelmente diferente da dos povos não indígenas.

Recuperação de fogo de fogo deve considerar cultura

Ao chegarmos a um acordo com a devastação dos incêndios, a Austrália deve voltar seu olhar para a recuperação. O campo da recuperação da comunidade oferece informações valiosas sobre como grupos de pessoas podem se unir e avançar após desastres.

Mas um exame de pesquisas e comentários nesta área revela como a Austrália não-indígena (e de fato o campo internacional de recuperação da comunidade) compreende as necessidades dos aborígenes.

A definição de "comunidade" não é explicitamente abordada e, portanto, é tomada como um único grupo sociocultural de pessoas.

Mas pesquisas na Austrália e no exterior demonstraram que, para os aborígenes, a cura de traumas - históricos ou contemporâneos - é um processo cultural e espiritual e inerentemente ligado à terra.

O ponto de vista neutro em termos de cultura na pesquisa de recuperação da comunidade ainda não reconhece essas diferenças. Sem considerar os contextos históricos, políticos e culturais que continuam a definir a vida dos povos aborígenes, as respostas à crise podem ser inadequadas e inadequadas.

Resiliência diante de um trauma contínuo

Os efeitos a longo prazo da colonização fizeram com que as comunidades aborígenes estivessem (para melhor ou pior) acostumadas a viver com mudanças catastróficas em suas sociedades e terras, ajustando-se e adaptando-as para continuar funcionando.

Os especialistas consideram esses traços de resiliência essenciais para as comunidades sobreviverem e se recuperarem de desastres naturais.

Dessa maneira, a resiliência das comunidades aborígenes moldadas através de séculos de colonização, juntamente com o apoio adequado, significa que as comunidades aborígenes nas áreas afetadas pelo fogo estão bem posicionadas não apenas para se recuperar, mas para fazê-lo rapidamente.

Esta é uma lição importante para agências e outras organizações não-governamentais encarregadas de liderar o processo de recuperação de desastres.

As características da comunidade que permitem a recuperação efetiva e oportuna da comunidade, como vínculos sociais estreitos e histórias compartilhadas, já existem nas comunidades aborígenes afetadas.

Avançando

A agência encarregada de liderar a recuperação em áreas afetadas por incêndios florestais deve começar de forma respeitosa e apropriada. E eles devem estar equipados com o conhecimento básico das diferentes circunstâncias de nossos povos.

É importante notar que este não é um "tratamento especial". Em vez disso, reconhece que a política e a prática devem ser adequadas à finalidade e, no mínimo, não causar mais danos.

Se as agências e organizações não-governamentais responsáveis por liderar a recuperação desses incêndios não estiverem bem preparadas, elas correm o risco de infligir novos traumas às comunidades aborígenes.

A Agência Nacional de Seguros para Deficiências oferece um exemplo de como se envolver com os aborígenes de maneiras culturalmente sensíveis . Isso inclui pensar no país, cultura e comunidade e trabalhar com os valores e costumes de cada comunidade para estabelecer relacionamentos respeitosos e confiantes.

A nova agência de recuperação de incêndios florestais deve usar uma estratégia semelhante. Isso reconheceria as experiências históricas dos povos aborígenes e nossas forças inerentes como comunidades que não apenas sobreviveram, mas permanecem conectadas à nossa terra natal.

Dessa forma, talvez a crise do incêndio florestal possa ter resultados positivos a longo prazo, abrindo novas portas para a colaboração com os aborígenes, aproveitando nossas forças e valores e priorizando nossos interesses únicos.

FONTE: <https://theconversation.com/strength-from-perpetual-grief-how-aboriginal-people-experience-the-bushfire-crisis-129448>



O conhecimento indígena deve ser trazido para a conversa sobre incêndios florestais



Por Lynette Russell, professora e diretora do Centro de Estudos Indígenas de Monash

Enquanto os incêndios florestais tiram vidas e destroem florestas, animais, fazendas e casas no leste e no sul da Austrália, alguns estão perguntando se preciosos habitats nativos podem ser restaurados, e o país se tornou seguro em uma era de mudanças climáticas.

A professora Lynette Russell, diretora do Centro de Estudos Indígenas de Monash , diz que a prática indígena de queima cultural é tradicionalmente usada como uma maneira de rejuvenescer e nutrir a terra.

“Sou historiadora”, diz ela, “não especialista em gerenciamento de incêndio. Os povos indígenas são os que sabem melhor como o fogo pode ser usado para cuidar do país. A maioria das pessoas concorda que adotar essas práticas seria um passo à frente.”

Em janeiro passado, a Corporação Aborígine dos Dja Dja Wurrung Clans, no centro de Victoria, reintroduziu a queima cultural após um intervalo de quase 200 anos. A prática antiga também foi recentemente reintroduzida em torno de Tathra e na região de Shoalhaven, no sul de Nova Gales do Sul.

As queimaduras culturais são realizadas por pessoas a pé que monitoram cuidadosamente o fogo, para que não fique fora de controle e, assim, os animais da área tenham um meio de escapar. Essas queimaduras são menores, mais frias e exigem mais trabalho do que as queimaduras de redução de risco mais comuns.

Debate sobre redução de combustível

Desde o início dos incêndios, surgiu um debate sobre a adequação do regime de redução de combustível atualmente em vigor. Os incêndios começaram em Queensland e NSW no ano passado, alimentados pela seca durante o ano mais quente já registrado. As condições secas e perigosas inevitavelmente reduziram o número de dias seguros para realizar uma queima controlada.

Isso também tem sido aparente em Victoria, onde em 2010, após o Sábado Negro, a Comissão Real de Bushfires do Victorian recomendou que ocorressem queimaduras controladas de 385.000 hectares a cada ano. Mas em 2018, 74.000 hectares foram queimados; em 2019, que subiram para 130.000.

As queimaduras de redução de risco em áreas remotas geralmente são iniciadas a partir do ar e são realizadas durante o horário de trabalho no meio do dia.

Por outro lado, um incêndio cultural indígena pode ser aceso quando as condições são ótimas - talvez no final da tarde ou durante uma névoa matinal. O “fogo frio” limpa o sub-bosque invasivo, como a samambaia, e incentiva o crescimento de ervas e ervas nativas. O dossel da floresta permanece intocado. O resultado no solo é um mosaico de granulação fina de diferentes habitats, para atrair uma variedade de animais e plantas. Incêndios aéreos não podem ser tão cuidadosamente gerenciados.

Victor Steffensen, uma autoridade indígena sobre queima cultural, ensina as técnicas às comunidades indígenas da Austrália há mais de 20 anos. Ele acredita que a prática tradicional de incêndio é “a resposta para preparar nossa terra e nossa comunidade para as mudanças climáticas”. Ajuda o ecossistema a “tornar-se equilibrado, bonito e - o mais importante - um lugar seguro para se viver”, diz ele.

A prática não é um sistema único, mas deve ser adaptada a cada ambiente individual, levando em consideração o melhor momento para queimar, a época de reprodução dos animais locais e os tipos de plantas na área.

"Eu estava em Kakadu durante uma queima", diz o professor Russell. "O fogo era tão frio que, quando se apagou, as pessoas estavam atravessando o restolho. Você podia ver os insetos saindo do chão e os pássaros vindo para encontrá-los. Foi fascinante.

Recuperação e rejuvenescimento

Em fevereiro passado, um estudo publicado na revista *Human Ecology* examinou como as práticas de caça e fogo do povo Martu influenciavam a ecologia do deserto ocidental. O povo Martu deixou a região após os testes nucleares de Maralinga, no final da década de 1950 até o início da década de 1960. Logo depois, os animais que caçavam queimando o spinifex - o bilby, o bettong e o gambá com cauda de pincel - também desapareceram. Incêndios relâmpagos selvagens assolaram a paisagem e proliferaram predadores invasores.

Na década de 1980, a mineração e a exploração ameaçaram seu país, então os Martu voltaram para recuperá-lo. Enquanto caçavam e queimavam o spinifex (abaixo), os animais também voltaram - um resultado que não surpreendeu os próprios Martu. Eles acreditavam que o país ficou "doente" sem que as pessoas realizassem queimaduras para incentivar a grama jovem, o mato e outras plantas que os animais do deserto gostam de comer.

Os aborígenes devem receber tempo e recursos suficientes para se familiarizar com suas práticas tradicionais de queima, diz o professor Russell. O conhecimento foi perdido e, embora o ressurgimento do interesse seja encorajador, "é muito importante que os aborígenes não estejam preparados para fracassar", diz ela.

"As comunidades aborígenes não querem errar. Onde as pessoas perderam seu conhecimento, precisamos trabalhar cuidadosamente com elas enquanto tentam novos métodos.

"O que está acontecendo agora na Austrália é uma tragédia. Meio bilhão de animais foram perdidos - é incompreensível."

O financiamento para manter os parques nacionais também precisa ser restaurado, diz ela, para que a terra seja melhor administrada em áreas protegidas. "Estamos vendo as consequências da negligência hoje. É devastador.

FONTE: <https://lens.monash.edu/@politics-society/2020/01/08/1379433/bringing-indigenous-knowledge-into-the-bushfires-conversation>

Documento técnico para a implementação de intervenções baseado em cenários operacionais genéricos para o controle do *Aedes aegypti*

As arboviroses como dengue, chikungunya e Zika, transmitidas principalmente pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *A. albopictus*, são problemas de saúde pública na Região das Américas... O episódio recente de rápida dispersão do ZIKV nas Américas chamou a atenção sobre a importância de estruturar e fortalecer as atividades de controle do *A. aegypti* (Ferguson et al., 2016) e manter em constante alerta os sistemas de saúde de todo o continente americano. Também são preocupantes a potencial reemergência do vírus da febre amarela e o risco de reurbanização, que tem provocado surtos explosivos em áreas silvestres — algumas deles próximos a centros urbanos — no Brasil (OMS, 2018). O objetivo deste documento é proporcionar um marco de referência para o planejamento e implementação de ações de vigilância, prevenção e controle do *A. aegypti*, com base na estratificação de risco, para apoiar a construção de possíveis cenários operacionais em nível local. Os cenários operacionais servem como referência para selecionar as ferramentas de controle de vetores mais adequadas e permitir sua utilização de maneira mais eficiente.

http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/51653/9789275721100_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y



Avaliação das estratégias inovadoras para o controle de *Aedes aegypti*: desafios para a introdução e avaliação do impacto dessas

[Introdução]. A história do controle das doenças transmitidas por vetores nas Américas é muito extensa, e as evidências mostram que, no passado, vários programas foram exitosos. O controle da febre amarela e do paludismo em Cuba e no Panamá, sob a direção de William Gorgas (1901-1910); a eliminação de *Anopheles gambiae* no Brasil (1940); a eliminação de *Aedes aegypti* entre 1950 e 1960, promovida pela OPAS e dirigida por Fred Soper; a eliminação da transmissão da doença de Chagas por *Triatoma infestans* no Brasil e no Uruguai; e a recente erradicação da oncocercose de 11 dos 13 focos endêmicos na Colômbia, no Equador, no México e na Guatemala (2013-2016) são exemplos recentes de intervenções que combinaram o uso de inseticidas, da engenharia sanitária e a disponibilidade de vacinas ou medicamentos efetivos, apoiados pela participação comunitária e outros métodos de controle... Hoje em dia, estima-se que cerca de metade da população mundial viva em áreas em risco de dengue. Além disso, mais de 100 países apresentam transmissão e são produzidas entre 300 e 500 milhões de infecções anuais, das quais 96 milhões apresentam

manifestações clínicas e 500.000 são casos severos, com aproximadamente 25.000 mortes. A infecção é endêmica nas regiões das Américas, Ásia Sul-Oriental, Pacífico Ocidental, África e Mediterrâneo Oriental, e nos últimos 50 anos a incidência cresceu 30 vezes, sem que haja sinais de reversão dessa tendência. O cenário epidemiológico mostra que o número de casos vem aumentando, que os surtos apresentam maior duração e magnitude e que as áreas afetadas e as populações expostas se encontram em constante expansão. A meta da OMS, para o 2020, de reduzir a mortalidade em 50% e a morbidade em 25% é considerada um desafio diante da carência de bons sistemas de vigilância que quantifiquem corretamente a carga de doença e as deficiências dos programas de controle de vetores nos países endêmicos.

FONTE: http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/51374/9789275720967_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y



Brasil

Agências da ONU integram novo site da Operação Acolhida

Lançamento se dará em evento no Palácio do Planalto que marca troca de comando e nova fase da Operação Acolhida

Uma nova página on-line da Operação Acolhida, a resposta humanitária do Governo Federal ao fluxo de venezuelanos e venezuelanas, que conta com o apoio das agências das Nações Unidas no Brasil e parcerias da sociedade civil, será lançada nesta quinta-feira (16) em evento no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Jair Bolsonaro.

Na ocasião, o general Eduardo Pazuello, à frente dos trabalhos humanitários desde o começo, entrega a capitania ao general Antônio de Manoel Barros. Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, general Barros é mestre em Operações Militares e doutor em Ciências Militares, integrando hoje o oficialato do Estado-Maior do Exército.

O evento marca também a nova fase da Operação Acolhida, que terá como prioridade promover e expandir o Programa de Interiorização de pessoas da Venezuela. A iniciativa envolve esforços logísticos para deslocar refugiados, refugiadas e migrantes por todo o país, com iniciativas voltadas à moradia e ao emprego, promovendo a inclusão socioeconômica.

O site da Operação Acolhida, que também será divulgado no evento, reúne, em um mesmo local, informações sobre o histórico da resposta humanitária, histórias e depoimentos de refugiados, refugiadas e migrantes, galeria de fotos e vídeos e os dados mais atualizados sobre o fluxo venezuelano. A página também promove a nova campanha da Fundação Banco do Brasil, onde cidadãos, cidadãs e instituições poderão fazer doações direcionadas à Operação Acolhida e fomentar a interiorização dos venezuelanos e venezuelanas.

Para participar do programa, a pessoa refugiada ou migrante deve estar com documentação civil e sanitária em dia, além de estar informada e de acordo quanto ao município de destino. Nesse esforço de inclusão de venezuelanos e venezuelanas na

sociedade brasileira, mais de 89 mil carteiras de trabalho já foram confeccionadas para os refugiados e migrantes e um total de 246 mil CPFs foi emitido. As pessoas da Venezuela já receberam mais de 338 mil doses de vacinas e mais de 216 mil atendimentos sociais.

O fluxo de venezuelanos e venezuelanas é o maior êxodo da história recente da América Latina e a ONU estima que mais de 4,5 milhões de pessoas já deixaram seu país de origem. Considerando a tendência atual, ainda em 2020 esse movimento deverá superar o movimento migratório sírio. Apenas no Brasil, mais de 240 mil pessoas já entraram e permaneceram desde o início da crise migratória, em meados de 2016. Ao todo, mais de 560 mil pessoas já passaram pelos postos de atendimento em Roraima, que contam com 13 abrigos, com capacidade para nove mil pessoas.

Coordenada pelo Governo Federal, a Operação Acolhida é capitaneada pelo Exército Brasileiro e conta com decisivo apoio material, logístico e pessoal de organismos internacionais e da sociedade civil, como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), ONU Mulheres, Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS), entre outras.

FONTE: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/16/agencias-da-onu-integram-novo-site-da-operacao-acolhida/>

EVENTOS

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Fatec
São José dos Campos
Prof. Jessen Vidal

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Uma parceria entre Unesp, Fatec – São José dos Campos, Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da USP e a Defesa Civil do Estado de São Paulo

Logística aplicada em Operações Humanitárias e Desastres Naturais

Data: 11 e 12/fev/2020

Horário: 09 às 18 h

Local: Fatec – Prof. Jessen Vidal (S.J. dos Campos)

Gratuito

Destinado aos profissionais que atuam na prevenção e socorro a desastres naturais.
Participação mediante doações de alimentos, roupas e calçados para uso em exercício prático e posterior distribuição.

Requisitos: Ensino médio, conhecimentos básicos de MS Excel e Internet.

Vagas Limitadas
Inscrições até 05/fev/2020:

Inscrições através do site: www.fatecsjc.edu.br



2ª Conferência Internacional de Riscos Urbanos (ICUR2020)

A Segunda Conferência Internacional sobre Riscos Urbanos (ICUR2020) será realizada em Lisboa de 23 a 25 de junho de 2020. O ICUR2020 é um evento bilíngue e é dedicado a todos os profissionais envolvidos em questões de riscos urbanos, como formuladores de políticas, geógrafos, planejadores urbanos, engenheiros, técnicos de proteção civil, pesquisadores e partes interessadas com responsabilidades no campo da redução do impacto de riscos naturais e tecnológicos nas sociedades urbanas.

A conferência cobrirá várias questões relacionadas à gestão, avaliação e mitigação de riscos naturais e tecnológicos, bem como seu impacto na saúde e nas sociedades. Será dada ênfase particular aos riscos associados às mudanças climáticas, com impactos significativos nas áreas urbanas e na comunicação de riscos.

Todos os pesquisadores são convidados a enviar um resumo estendido (máximo de 4 páginas) para a conferência ICUR2020. O prazo final é 31 de janeiro de 2020.

Para mais informações

FONTE: <https://www.ceru-europa.pt/icur2020/en/index.htm>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>